

## AS CONTRIBUIÇÕES DO CENTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL GEOVÂNIA ANDRADE DE MORAIS PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO AEE

Gessione Moraes da Silva\*

Gesomara Lopes Guerra\*\*

Edinária Marinho da Costa\*\*\*

\* Mestre em Ensino pela *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN* e discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva da *Faculdade do Vale do Jaguaribe/FVJ*. E-mail: [gessione\\_morais@hotmail.com](mailto:gessione_morais@hotmail.com)

\*\* Discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva da *Faculdade do Vale do Jaguaribe/FVJ*. E-mail: [gersomara\\_lopes@hotmail.com](mailto:gersomara_lopes@hotmail.com)

\*\*\* Graduada em Pedagogia pela *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN* e Mestre em Educação pela *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN*. E-mail: [edinaria\\_marinho@hotmail.com](mailto:edinaria_marinho@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a relevância das formações ministradas pelos profissionais do Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Moraes – Apodi/RN –, para a prática dos docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo junto aos professores do Centro e do AEE. Como embasamento teórico o estudo pautou-se em autores que pesquisam sobre essa temática, bem como nos dispositivos legais que enfatizam os princípios que regem a educação inclusiva. Para se apropriar das informações, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com três professores formadores do Centro e três docentes das salas de AEE. Como resultado, o estudo sinaliza que as formações contribuem para o aprimoramento da prática dos docentes do AEE, possibilitando, além dos saberes adquiridos, a troca de experiências que propiciam um maior conhecimento acerca da inclusão social e seus desafios perante uma sociedade que requer um olhar atento e inclusivo.

**Palavras-chave:** Formação, Professores, Educação Inclusiva, Atendimento, Conhecimento.

### INTRODUÇÃO

A principal motivação deste artigo é lançar luzes que orientem a uma reflexão crítica acerca da relevância da formação docente, junto a uma área cada vez mais imperativa de luta, prática e respeito, que é a educação inclusiva. Para tanto, singularizou-se o estudo com o objetivo de refletir sobre as contribuições do Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Moraes/Apodi-RN, para a formação dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O caminhar metódico pautou-se pela abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, alicerçada na entrevista semiestruturada, em que se partiu da análise dos discursos dos sujeitos, fundamentado em um aporte teórico que discute acerca da formação continuada, para, assim, compreender a colaboração de uma constante formação na prática dos professores.

O desenvolvimento da pesquisa contou com a participação de 03 professores do AEE e 03 professores formadores do Centro, tendo como lócus desse estudo o Centro Regional de Educação Especial Geovania Andrade de Moraes. Quanto aos pressupostos teóricos que embasam a pesquisa, destacam-se: Mantoan (2006), Nóvoa (1995, 2007), Tardif (2010), Freire (2001), dentre outros.

Nesta perspectiva, a relevância deste artigo consiste em demonstrar a necessidade da formação docente, bem como, enfatizar a importância desta para a prática pedagógica desenvolvida nos atendimentos educacionais especializados.

## **1. HISTÓRICO E PERFIL DO CENTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL GEOVÂNIA ANDRADE DE MORAIS**

A educação como um direito de todos é garantida legalmente pela Constituição Brasileira em seu Artigo 205, no qual garante também o acesso à escola. Nesse sentido as instituições de ensino devem atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa pelo fato de ser diferente.

Os registros históricos comprovam que desde a antiguidade clássica, na Grécia e em Roma, já havia resistência à aceitação social das pessoas com deficiência. Durante esse período histórico as crianças eram alvo de atrocidades, sendo perseguidas e mortas, como forma de selecionar os indivíduos. Ao longo da Idade Média, na Europa, os deficientes eram vistos como a personificação do mal, e, para que não tornasse a sociedade impura, deveriam ser sacrificados.

Cabe destacar que no transcorrer do século XVIII e início do século XIX, surge a Educação Especial com o intuito de atender as pessoas com deficiência, numa perspectiva mais assistencialista do que educativa, marcando o surgimento das primeiras escolas especiais, que isolavam e separavam as crianças deficientes das demais.

Na primeira metade do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece o princípio de igualdade entre os homens, fundamentando, assim, a luta pelos direitos da pessoa com deficiência. Nesse período, o grande marco da Educação Inclusiva foi a Conferência de Salamanca (1994), quando representantes de 94

países reuniram-se para discutir o conceito de “educação para todos”, apontando critérios para a inclusão das pessoas deficientes. Este documento consolidou a Educação Inclusiva, tornando-se referência para os estudos e reivindicações sociais nessa área.

Dentre as cobranças sociais fundamentadas pela Conferência de Salamanca, destaca-se uma educação de qualidade, que valorize as diferenças e possibilite a inclusão de todos, garantindo o acesso universal das crianças à escola como expressa a Declaração de Salamanca:

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (SALAMANCA, 1994, p. 8-9).

O referido documento ressalta que jovens e crianças com deficiência devem ter assegurado o acesso à escola regular, independente das limitações apresentadas pelos mesmos. Como forma de desconstruir o preconceito e viabilizar a formação de uma sociedade justa e inclusiva. Assim, é inegável a necessidade das escolas adequar-se à diversidade existente no meio social.

A inclusão por constituir-se um processo dinâmico e desafiador, é compreendida para Sasaki (1997, p. 41) como:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

De acordo com o autor, a inclusão proporciona a constituição de um sujeito autônomo, consciente e capaz de conviver com as diferenças, resgatando os valores culturais e baseando-se nos princípios de igualdade e equidade. A inclusão, portanto, favorece a constituição de um ambiente educativo, no qual todos possam participar como iguais.

Tendo em vista que a Constituição Federal Brasileira garante a educação para todos em um mesmo ambiente, esse deve ser o mais diversificado possível, como forma de preparar o indivíduo para viver em sociedade. Diante disso, surgiu a necessidade de realizar um trabalho que possibilitasse a inclusão de crianças com deficiência nas escolas.

Com o intuito de integrar as crianças com deficiência no espaço educativo, criaram-se salas específicas e direcionadas, exclusivamente, a essa demanda. Embora não fosse a efetivação da inclusão desejada, essa atitude representou um avanço significativo para as conquistas atuais no âmbito da educação inclusiva.

Cabe aqui enunciar que, de acordo com o projeto político pedagógico do Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Moraes, o ensino especial teve início em Apodi/RN, no ano 1985, na Escola Estadual Professor Gerson Lopes, e, em 1986, passou a funcionar na Escola Estadual Ferreira Pinto. Mesmo representando um avanço, a instituição do Ensino Especial de Apodi ainda funcionava em caráter de segregação, uma vez que todos os alunos com deficiência eram alocados em uma única sala, negando a estes o direito de conviver com os demais.

Em virtude do aumento do quantitativo de crianças com deficiência, no ano de 1988 a Subcoordenadoria de Educação Especial (SUESP), em parceria com o Município, criou o Centro Regional de Educação Especial de Apodi, através do Decreto nº 17.402 de 16 de março de 2004, ficando instituída oficialmente a então unidade de ensino, com o intuito de desenvolver um trabalho pedagógico com base numa perspectiva essencialmente inclusiva.

Hoje, a referida instituição é conhecida como Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Moraes, em homenagem a uma ex-aluna. O mesmo atende uma demanda de 67 (sessenta e sete) alunos com deficiência, oferecendo um atendimento especializado complementar ao ensino regular. Esta instituição de ensino realiza um trabalho em consonância com a Política Nacional de Educação Especial, oferecendo estratégias de ensino voltadas para o acesso ao conhecimento, com base em uma proposta inclusiva, que viabilize o desenvolvimento dos discentes.

A instituição descrita tem como objetivo maior desenvolver uma proposta pedagógica que facilite o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos com deficiência, visando, também, contribuir para a formação continuada dos professores do AEE. Sua missão é proporcionar uma educação, na qual, todos possam participar do processo educativo, e, assim, reconhecer seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Nesse contexto, o AEE tem sua base legal nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, em consonância com o Decreto Nº 6.571/2008, e deve atender as peculiaridades dos alunos com deficiência, tendo como função complementar o processo de aprendizagem dos referidos discentes. Segundo a Resolução Nº 4/2009, o AEE é realizado

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo

substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, p. 2).

Nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM's) desenvolvem-se atividades de natureza pedagógica, utilizando jogos, equipamentos tecnológicos, softwares educativos, tecnologia assistiva, dentre outros, com o intuito de auxiliar os alunos a superar suas limitações, e, assim, conquistar a sua autonomia.

## **2. A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DO AEE**

Os profissionais da educação, e em particular o professor, necessita está em constante formação, visto que seu trabalho envolve pessoas de diferentes contextos e realidades. As deficiências são apenas um dos desafios do sistema educacional. Esse deve ser encarado com sensibilidade e consciência de que se trata de uma realidade permanente.

Nessa perspectiva é preciso pensar a formação continuada como parceira do professor. Essa formação, quando voltada para educação inclusiva ou não, deve levar em consideração as experiências do docente, ressaltando o pensamento de Tardif (2010), que fala sobre a pluralidade dos saberes docentes. Assim, é importante perceber que o saber do professor não se refere apenas ao conhecimento adquirido nos bancos acadêmicos, ou em cursos, mas também está associado a uma infinidade de experiências vividas no decorrer de sua existência.

Corroborando com esse argumento Nóvoa (1995, p. 25) diz:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...].

Nesse sentido, a formação continuada aparece como mola mestra que pode proporcionar ao professor um momento de reflexão sobre a prática, além de possibilitar a troca de experiências, e, por consequência, a reconstrução permanente do ser docente. Diante disso, surge à necessidade

deste profissional está em constante formação, como bem enfatiza Nóvoa (2007) em seu livro vida de professores.

O desafio de colocar em prática uma educação inclusiva requer um redimensionamento do papel do professor na sociedade contemporânea, visto que, seu fazer pedagógico contribuirá decisivamente para a qualidade do ensino ofertado as crianças com deficiência. À luz desse prisma, a formação deste docente deve pautar-se pela aproximação entre teoria e prática que sejam sensíveis as particularidades do processo de ensinar-aprender, almejando uma educação voltada para todos. Sobre essa formação Mantoan (2006, p. 60) aponta:

[...] todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização.

A formação oferecida ao professor necessita ir além dos conhecimentos técnicos, pedagógicos, curriculares, disciplinares e experienciais voltados para alunos sem deficiência. É imprescindível considerar as habilidades e competências, dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, conscientizando-se que os mesmos detêm possibilidades de aprendizagem que estão além da socialização.

Nesse sentido, a formação continuada é necessária tanto para os professores das salas comuns, como para os docentes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visto que, estes lidam diariamente com situações desafiadoras dentro do espaço escolar.

É importante repensar a formação continuada de professores, considerando que a inclusão de alunos com deficiência é um desafio presente no cotidiano escolar. Desse modo, é relevante destacar que a formação perpassa pelas limitações impostas pela deficiência, porém, não deve desconsiderar suas possibilidades de aprendizagem.

Nessa perspectiva, é necessário abandonar “[...] o conceito obsoleto de que a formação é a atualização científica, didática e psicopedagógica do professor para adotar um conceito de formação que consiste em descobrir, organizar, [...] revisar e construir teorias” (IMBERNÓN, 2004, p.49). Sobre esse prisma é relevante pensar acerca da formação continuada dos docentes, e, em especial, dos professores responsáveis pelo atendimento educacional especializado, com o intuito de ampliar seus conhecimentos, e, assim, melhorar a aprendizagem dos alunos.

Considerando os aspectos acima mencionados, a temática em estudo busca analisar a relevância da formação continuada dos professores do AEE, identificando as contribuições dos estudos formativos para o fazer pedagógico.

### **3. CENTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL GEOVÂNIA ANDRADE DE MORAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA OS DOCENTES DO AEE**

As formações ministradas pelos profissionais do Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Moraes acontecem a cada quinze dias nas dependências do mesmo, e seu público alvo são os docentes do AEE, estendendo-se ainda aos coordenadores pedagógicos e diretores das escolas.

De forma metódica, será feito uma análise das entrevistas realizadas junto aos professores do “Centro” e docentes do AEE, cujo quantitativo é de três docentes em cada esfera pesquisada, buscando estabelecer uma ponte entre suas considerações com a legislação educacional vigente, embasados, ainda, por um assertivo referencial teórico.

Falar em formação para professores significa pensar o processo de aprendizagem de forma diferenciada, levando em consideração as transformações e a complexidade existentes no espaço escolar. Diante dessa diversidade, torna-se imprescindível uma formação contínua e permanente que vise contribuir para a melhoria da prática docente.

Nessa perspectiva ressalta-se a relevância dos estudos realizados pelo Centro de Educação Especial Geovânia Andrade de Moraes, visto que se insere nessa linha de formação continuada. Daí a importância de ouvir os professores que participam desses estudos, com intuito de compreender as contribuições dos mesmos para o atendimento educacional especializado.

Sob esse prisma é importante enfatizar as vozes dos professores acerca da importância dessas formações:

**P01-** A formação continuada é importante porque é uma forma de estarmos sempre atualizados em relação aquilo com o que estamos trabalhando. Permite ampliarmos os conhecimentos para colocarmos em prática.

**P02-** A formação continuada ela faz parte, do currículo do professor, de qualquer profissional, ela é de suma importância porque faz parte da evolução do conhecimento, porque as coisas vão mudando e evoluindo, o professor precisa estar sempre atualizado. É uma forma de adquirir mais conhecimento e mais formação para sua área.

**P03** – Em minha opinião é de grande importância. É através da formação continuada que o professor vai ter embasamento teórico claro. A prática conta

bastante, e é importante, mas é através da formação continuada que o professor vai ter condições de desenvolver um bom trabalho, tanto na sala comum como na sala do AEE.

Os discursos dos entrevistados evidenciam a relevância da formação sob a ótica do professor, visto que, todos associam à continuidade dos estudos a realização de um bom trabalho. É por meio de estudos contínuos e permanentes que o professor vai ampliar seus conhecimentos, melhorar sua prática e, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno.

Nessa perspectiva os professores do AEE ao serem interpelados acerca das contribuições das formações oferecidas pelo “Centro” para sua prática, destacaram:

**P01-** Contribui com o apoio ao professor do AEE em diversas situações, sempre que preciso recorro às meninas do centro para tirar minhas dúvidas.

**P02-** Contribui com apoio, dicas e troca de experiências que nos auxiliam no trabalho na sala de recursos.

**P03-** além de você conhecer melhor, discutir, nesses estudos vemos formas de trabalhar, as pessoas vão dando dicas. Eu já utilizei as dicas colocadas nas formações. Isso contribui não só na vida profissional como também na pessoal. Depois que comecei a trabalhar com alunos especiais me sinto uma pessoa melhor, sensível, vejo a inclusão com outros olhos. É diferente a visão do professor que nunca trabalhou com pessoas com deficiência para aquele que trabalha com eles. Quando você trabalha passa a ter um olhar diferenciado para os alunos e isso também contribui muito para minha vida.

A contribuição dos estudos realizados pelo “Centro” é identificada na voz dos entrevistados ao enfatizar o apoio e auxílio que os encontros formativos proporcionam aos professores do AEE. As dicas e as trocas de experiências também são destacadas como algo positivo das formações. As influências desses estudos também estão presentes no discurso dos professores do Centro ao dizerem:

**P01-** Como professora do Centro e ao mesmo tempo como formadora, e ainda como professora do AEE, acho essa experiência de grande importância. É um momento de aprendizado, de troca de ideias, de socialização de conhecimentos e de experiências. É uma contínua interação e interlocução com os mais diversos profissionais e os mais diversos relatos de experiências vivenciadas por pais, professores e até alunos.

**P02-** Contribui na teoria porque traz conhecimento, por mais que você estude é algo a mais e, nas rodadas de estudos os professores colocam suas opiniões, contam suas experiências de como trabalham. Já teve um momento no qual os professores realizaram atividades na sala do AEE, filmaram e compartilharam as experiências em encontro posterior. A troca de experiências contribui muito.



**P03-** As principais contribuições dessas formações são os resultados positivos na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. O próprio professor sente-se seguro na certeza que está no caminho certo, tendo em vista que os atendimentos não estão baseados em senso comum, mas em conceitos de autores que tem um vasto conhecimento do assunto, como também nas experiências vivenciadas na prática que tem dado resultados positivos.

A experiência compartilhada nos encontros formativos é apontada pelos professores formadores como algo fundamental para a prática dos docentes do AEE, pois, as atividades realizadas pelos educadores nas salas de recursos auxiliam na busca, e no desenvolvimento de metodologias, que visam à eficiência dos atendimentos.

Outra questão enfatizada pelos entrevistados refere-se a segurança proporcionada pelos estudos desenvolvidos no Centro. Esse sentimento ocorre devido ao embasamento teórico e as experiências narradas pelos participantes da formação que fundamentam o discurso e o fazer pedagógico dos professores.

É válido salientar que a fundamentação teórica e o compartilhar das experiências vividas constituem elementos importantes no processo de formação continuada dos docentes, reforçando o pensamento de Freire (2001) quando diz que o professor precisa estar em permanente formação.

Nesse sentido, os estudos promovidos pelo Centro têm permitido a ampliação teórica dos docentes e atendido as expectativas desses professores, que afirmam:

**P01-** As formações são muito proveitosas.

**P02-** O Centro de Educação tem atendido certa expectativa sim. Eles oferecem apoio dependendo da nossa necessidade e realidade. É interessante porque o Centro tem sempre procurado atender o que estamos vivenciando. Para o meu trabalho eles têm contribuído bastante e é de fundamental importância está sempre havendo encontros. Estamos sempre discutindo e aqui na minha escola individualmente, quando tenho alguma dificuldade sempre procuro ajuda por parte do Centro, do responsável lá e, na medida do possível é de fundamental importância. Eles tem tido um trabalho maravilhoso.

Em face dessas considerações, é oportuno assinalar que as formações continuadas são relevantes frente às necessidades de atualização dos professores, no que concerne à realidade cotidiana das salas de AEE, tendo em vista que os desafios vivenciados por estes docentes exigem um acompanhamento peculiar, referente à diversidade apresentada pelo público alvo das salas multifuncionais.

Por ocasião da análise, compreende-se que as formações oferecidas pelo Centro trazem elementos significativos para a prática dos docentes do AEE, visto que propicia uma intervenção pedagógica, no sentido de acompanhar e orientar o trabalho desenvolvido por estes professores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação inclusiva vem gradativamente ganhando espaço no âmbito escolar e na sociedade. Estudiosos têm discutido, cada vez mais, acerca da relevância que a inclusão apresenta, face às necessidades de se pensar em práticas pedagógicas que tornem possível a efetivação de um processo educacional inclusivo.

A formação inicial dos professores atualmente, embora apresente uma preocupação em lidar com a diversidade, necessita ser revista e aprimorada, com intuito de atender melhor aos desafios existentes na escola.

O presente artigo enfatiza a importância da formação continuada como subsídio pedagógico para o trabalho desenvolvido pelos professores das salas multifuncionais. E sob esse enfoque, a proposta da pesquisa descrita discute sobre as contribuições dos estudos formativos realizados periodicamente pelos professores formadores do Centro Regional de Educação Especial Geovânia Andrade de Moraes.

Em síntese, pode-se perceber que as formações recebidas pelos professores do AEE norteiam os procedimentos metodológicos destes, visto que viabiliza o processo desafiador de uma educação inclusiva. Nesse sentido, é válido destacar, ainda, que os estudos formativos proporcionam um crescimento tanto profissional quanto pessoal, haja vista que aperfeiçoa a prática pedagógica dos educadores envolvidos no processo de inclusão.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário oficial da união**, Brasília, 2009 a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>

CENTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL GEOVÂNIA ANDRADE DE MORAIS. **Projeto Político Pedagógico**. Apodi-RN, 2016.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **RESOLUÇÃO Nº 03/2016-CEB/CEE/RN**, 23 de novembro de 2016.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, A. (Org.) **Vida de Professores**. Portugal: Porto, 2007.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 12, 1948.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.